

## **SOCIEDADE, NATUREZA E PESCA EXTRATIVA**

*Eduardo Schiavone CARDOSO<sup>1</sup>*

### **Resumo**

O trabalho tem como objetivo relacionar a atividade pesqueira com temáticas associadas ao conhecimento geográfico. Busca entender a pesca extrativa a partir de alguns conceitos de análise desenvolvidos nos estudos geográficos. Pretende apresentar tais reflexões de maneira concisa, contribuindo para que o leitor abra novas sendas de investigação.

**Palavras-Chaves:** Pesca; Pescadores; Geografia; Sociedade; Natureza.

92

## **SOCIETY, NATURE AND FISHING EXTRACTION**

### **Abstract**

This work aims to relate the fishing activity associated with thematic geographical knowledge. Seeks to understand the extractive fishing from some of analysis concepts developed in geographical studies. Intends to submit those comments in a concise manner, which contribute to the reader to open up new paths for research.

**Key words:** Fishing; Fishermen; Geography; Society; Nature.

## **SOCIEDAD, NATURALEZA Y LA PESCA**

### **Resumen**

El trabajo tiene como objetivo relacionar la actividad pesquera con el conocimiento geográfico. Busca comprender la pesca partiendo de algunos conceptos de análisis desarrolladas en los estudios geográficos. Desea enviar esos comentarios de una manera concisa, lo que ayuda al lector a abrir nuevos caminos para la investigación.

**Palabras clave:** Pesca; Pescadores; Geografía; Sociedad; Naturaleza.

## **INTRODUÇÃO**

Em tempos contemporâneos a atividade pesqueira pode ser tratada como um setor produtivo que comporta questões consideradas geográficas, tais como a da relação sociedade - natureza e suas decorrentes implicações espaciais, sociais, econômicas e ambientais. Pode também ser considerada uma prática humana, que agrega sociabilidades, técnicas, culturas, representações. Com um ou outro entendimento, é um aspecto da realidade e um tema geográfico.

Partindo dessa premissa, as reflexões a seguir têm como objetivo relacionar a atividade pesqueira com temáticas associadas ao conhecimento geográfico e com alguns dos

<sup>1</sup> Doutor em Geografia – USP. Professor Associado do Departamento de Geociências. Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). e-mail: educard@usp.br

conceitos construídos em sua trajetória como ciência. Pretende apresentar tais reflexões de maneira concisa, contribuindo para que o leitor abra novas sendas de investigação.

Retoma considerações apresentadas em trabalhos anteriores desenvolvidos e publicados ao longo dos últimos vinte anos, onde foram apresentadas algumas das possibilidades de tratamento da questão pesqueira a partir dos estudos geográficos, acrescidas de indagações mais recentes. Também se vale dos textos e materiais que foram sendo produzidos e sistematizados para as distintas atividades acadêmicas desenvolvidas nesse período.

93

## SOCIEDADE E NATUREZA

Uma primeira questão que pode ser destacada na evolução do conhecimento geográfico e na sua construção como ciência moderna, compreende a busca de modelos explicativos para a relação Homem e Meio, Sociedade e Natureza, Sistemas Sociais e Naturais. Aí reside uma especificidade do conhecimento geográfico, historicamente desenvolvido e fornecedor de padrões explicativos do conteúdo desta relação.

Tais padrões explicativos apontam nuances nas interações entre sociedade e natureza, acentuando ora a predominância de uma sobre a outra, ora apontando uma total disjunção entre os dois termos. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra e, corroborando com as ponderações de Sorre (1984), há que se considerar certa dosagem de liberdade e determinação na adaptação dos homens e suas ações no mundo.

Nessa perspectiva, nossas análises devem considerar as mediações presentes nas ações que conectam sociedade e natureza. Há de se considerar o fato dos homens se relacionarem primeiro entre si e daí com a natureza, estabelecendo seus modos próprios de organização e processos específicos de divisão do trabalho, apropriação da natureza e repartição da produção. Outra consideração implica em estabelecer a relação entre as distintas modalidades de apropriação dos recursos naturais, caracterizando modos hegemônicos e não hegemônicos, que se articulam ou se subordinam às formas dominantes.

Baseando na materialidade dos recursos que pode acessar e também em suas concepções intelectuais sobre os mesmos, toda atividade humana é um ato de apropriação da natureza através do trabalho. Também é um ato de socialização do homem e transformação da natureza em uma “segunda” natureza. Segundo Moraes (1985), baseado nas teorizações de

Karl Marx, “(...) o conceito de segunda natureza foi elaborado na tentativa de diferenciar a “natureza em estado natural” - a primeira natureza, daquela já subsumida à sociedade, isto é , a natureza que já apresenta resultados da ação humana. ”.

Nesta acepção, o conceito de trabalho é central para a diferenciação entre primeira e segunda natureza. Trabalho humano, social, trabalho do pior arquiteto que se diferencia da melhor abelha, segundo Marx (1980). Trabalho concebido, pensado. E é este trabalho um mediador entre os homens e entre estes e a natureza.

Com relação à natureza, podemos refletir sobre seu significado a partir de duas óticas, conforme as palavras de um geógrafo soviético (SEMEVSKIY, B. M. *apud* SEABRA, 1985):

1- Natureza é o mundo material que nos circunda, o universo, que está em constante movimento, mudança e transformação. O homem e sua razão são a obra mais elaborada da natureza. A sociedade humana representa uma parte específica da natureza subordinada às suas próprias leis (...) As leis da natureza agem sobre o homem como um indivíduo biológico, mas não agem sobre a sociedade humana, ou sobre as categorias sociais, em geral."

2- Natureza num sentido mais estrito é o mundo inorgânico e orgânico estudado em ciência natural. A sociedade humana não é parte deste conceito estreito da natureza. A natureza cria e forma o ambiente geográfico da sociedade e é a base material da existência da sociedade (...) O fato de que a natureza age sobre a sociedade e a sociedade muda a natureza não afeta o caráter das leis que agem dentro da natureza e da sociedade.

Tomando como premissa tais considerações, podemos afirmar que parte dos elementos da natureza exterior é passível de transformação do homem, através de seu trabalho e sua cultura, ainda que esta ação deva ser mediada por uma questão de escala de abrangência. As transformações da natureza em escala local e visualmente mais acentuadas acabam sendo mais percebidas. Por exemplo, a ação do homem transformando florestas em pastagens, torna mais clara a questão da transformação da primeira em segunda natureza do que a apropriação das correntes marinhas pela navegação e pesca. No segundo caso podemos dizer que a sociedade se apropria de um elemento natural sem transformar as características essenciais deste fenômeno natural, ao passo que no primeiro a transformação é inerente à ação da sociedade.

A partir das considerações tecidas, pode-se atentar para as especificidades da pesca extrativa e de seu estudo pelo campo conceitual produzido pela geografia. Consiste em uma atividade humana que comporta um processo de trabalho inserido em conjuntos sociais e econômicos distintos ao longo da História e que implica em apropriar-se de aspectos da natureza pouco mediados e controlados pela ação humana.

Em resumo: se apropria e transforma a natureza, apresenta distintos agentes e classes sociais em seu processo produtivo e acresce suas grafias na produção do espaço geográfico. Partimos agora para algumas de suas características específicas em relação a alguns dos conceitos mais gerais desenvolvidos pelos geógrafos.

## O ESPAÇO GEOGRÁFICO E A PESCA

O Espaço Geográfico é o Espaço da Sociedade, o espaço que a sociedade ocupa, constrói, produz. Esse processo se inicia com o uso da natureza pela sociedade, desde tempos pré-históricos até o presente refletindo o domínio da sociedade sobre parte das formas naturais. A sociedade por sua vez é composta por diferentes grupos, sendo assim, o Espaço Geográfico irá conter as diferenças sociais. Mais que isto, irá refletir todas as mudanças que a sociedade comportou na sua trajetória.

Milton Santos (1996) nos dá uma definição de Espaço Geográfico que pode ser considerado o conjunto de objetos naturais e artificiais e as ações que os animam, estabelecendo um conjunto de relações. Em suas palavras " *Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma,* "

Como objetos artificiais, podemos compreender as construções, campos de cultivo, vias de circulação, dentre uma infinidade de outras intervenções da sociedade.

Outra conceituação do Espaço Geográfico atenta também para a dinâmica social em sua relação com a natureza. Moreira (1981) assim o define: "*Espaço e trabalho estão numa relação de aparência e essência: o espaço geográfico é a aparência de que o processo historicamente concreto do trabalho (a relação homem-meio concreta) é a essência.*"

Roberto Lobato Corrêa (1986) ao discorrer sobre o conceito de organização espacial aponta que este é resultado do trabalho humano realizado pelos agentes que compõe a sociedade. No caso da sociedade capitalista, estes agentes são representados pelos proprietários do capital, pelo Estado capitalista e os trabalhadores.

Os embates e contradições presentes na sociedade, também compõem o espaço geográfico, em uma perspectiva de produto social e condição para a reprodução social. É nesse sentido que a segregação espacial, disputas territoriais, debates sobre as propostas de

implantação ou não de estruturas energéticas como barragens, usinas, reformulações urbanísticas e outros processos, representam a dimensão espacial dos embates que a sociedade vivencia.

Assim, entender a sociedade humana como portadora de contradições internas e diversos modos de apropriação da natureza, que se articulam e se subordinam a um modo de produzir dominante, corresponde avançar no entendimento de que o mundo contemporâneo, globalizado e acelerado, possui processos de produção do espaço que tendem a homogeneizá-lo, porém esbarra em forças que o diversificam, caracterizando um processo ao mesmo tempo único, porém diverso.

Entendido de tal maneira e observando o caso da atividade pesqueira, o espaço geográfico se descola da superfície da terra e articula todo o conjunto submerso do fundo dos rios, lagos e oceanos e o conjunto atmosférico, apresentando novas problemáticas ao seu estudo. A articulação terra e água é sua especificidade que abre possibilidades de novos questionamentos. Em situações anteriores já foi apontado para tal articulação, que representa o manejo dos distintos meios, para a produção e reprodução da existência do trabalhador da pesca.

## **A PAISAGEM E A PESCA**

Em uma visão mais corriqueira, a paisagem é a porção da superfície terrestre que nossa vista alcança, que os nossos olhos abrangem numa mirada. Falamos de paisagens bonitas, feias, pintores desenham quadros de paisagens, imaginamos como são outros países a partir de imagens divulgadas em revistas e na TV. A paisagem poderia então ser esta parte visível do Espaço Geográfico?

Em um primeiro momento sim, porém a paisagem é mais do que isto. É mais do que um conjunto de formas, sejam elas herdadas da natureza ou construídas pelos homens.

Segundo Dollfus (1973),

Todas as paisagens estão compostas. Estão formadas por elementos geográficos que se articulam uns em relação aos outros. Alguns pertencem ao âmbito natural, são abióticos (não vivos), como por exemplo o substrato geológico, o clima, as águas, etc. Os demais constituem o âmbito vivo, a biosfera formada pelo conjunto das comunidades vegetais e animais que nascem, se desenvolvem e se reciclam, utilizando o suporte constituído pelo âmbito natural. Finalmente os últimos que chegaram, porém os protagonistas decisivos, são os grupos humanos, que instalados no âmbito natural,

transformam, modificam e alteram o âmbito vivente. Os grupos humanos ordenam uma grande parte das paisagens terrestres, que são conjuntos desigualmente frágeis e mutantes.

Podemos dizer que a paisagem possui uma parte aparente, visível, uma “fisionomia”, que é resultado das relações entre os distintos elementos que compõe esta paisagem. Por sua vez, a interação entre os distintos elementos da paisagem constroem e transformam sua parte visível – produzem e são produtos de uma “fisiologia”.

A paisagem também acumula objetos de várias idades, ou seja, ao olharmos para o centro de qualquer cidade, podemos ver construções de épocas diferentes coexistindo. Por sua vez essas construções estão assentadas sobre um terreno que também tem sua história geológica, as praças estão cobertas por distintos tipos de árvores e que vieram de vários lugares. Assim, a paisagem pode revelar através de sua parte visível, todo o processo de construção do Espaço Geográfico.

Os elementos das práticas de pesca são, constantemente, empregadas nos veículos midiáticos. Quase sempre compondo as paisagens do mar e da praia nordestina, situa-se uma jangada, um prato de camarão, ou de lagosta. Ao pôr do sol um pescador lança uma tarrafa. Certamente algo parecido o leitor já viu. Se a visão produz estas imagens – quase sempre belas, a percepção do produto da atividade pesqueira pelo olfato é cercada de outros estigmas. Ou seja, os objetos que compõe as paisagens pesqueiras são percebidos e comportam interpretações distintas. Sem esgotar o assunto, apenas pode-se lembrar do gênero de pintura denominado “marinha”, para demonstrar que há uma relação antiga entre determinada conceito de paisagem e a atividade pesqueira.

Tratando agora de aspectos menos midiáticos, elementos visuais denotam a presença da atividade pesqueira. Tais elementos correspondem ao instrumental de trabalho – barcos, redes, armadilhas de pesca, etc; objetos fixos como portos, trapiches, mercados, fabricas de gelo; elementos da vida social das localidades de pescadores, tais como áreas de lazer, religiosidade, moradia, a superfície das águas, enfim as paisagens associadas à atividade pesqueira são passíveis de serem identificadas e podem ser estudadas a partir deste conceito, tanto em termos de sua aparência, como de suas funcionalidades e interações.



**Figura 1** – A atividade pesqueira e a fusão da terra e água na paisagem urbana

**Fonte:** Foto do autor - 2010

## O LUGAR E A PESCA

O lugar é o que nos é familiar, porção do espaço geográfico apreendido pelo indivíduo em suas relações cotidianas. Lugar e cotidiano se mesclam e correspondem ao que é vivido, sentido, percebido pelos indivíduos em sua reprodução física, econômica e social.

Nas palavras de Carlos (1996)

O lugar é a base de reprodução da vida e pode ser analisado pela **tríade habitante-identidade-lugar**. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Lacoste (1989) aponta para os distintos conjuntos espaciais que os aldeões franceses circulam e que corresponde ao *terroir* (torrão natal) de sua comuna e uma ou outra referência mais distante, como a cidade e a capital do cantão, evidenciando um maior conhecimento e domínio sobre o espaço mais próximo, o lugar.

É a partir do lugar, do seu lugar de vida, que os indivíduos se relacionam com o restante do mundo. É aí que sua identidade é construída, bem como seus referenciais para a apreensão do espaço geográfico. Não é por menos que os estudos em educação apontam para

a cultura e a realidade próxima dos educandos como elementos centrais para a realização do processo educativo.

O lugar porém, não se isola dos processos mais amplos de produção do espaço humano. Tomemos um exemplo: uma ilha hipotética, a “Ilha do Saibro”.

Tal ilha situa-se cerca de 10 quilômetros de distância da costa de um município da microregião do Litoral Norte Paulista. Sua área de aproximadamente 130 hectares abriga uma população de pouco mais de 50 ilhéus com relações próximas de parentesco.

Esta sociedade insular possui uma singularidade na sua organização interna. Faz da pesca a principal atividade geradora de mercadorias para as trocas e a faina das pescarias organiza o cotidiano dos homens jovens e adultos, que inclui duas saídas diárias para o mar. Às mulheres cabe o trato da casa e seus primeiros filhos são nascidos ainda na adolescência. Tais crianças estudam na própria ilha até a quarta série do ensino fundamental e, aos poucos, iniciam-se nas funções do mundo adulto.

Como uma ilha distante, seus habitantes são tratados como uma "comunidade isolada" pelas políticas públicas municipais e estaduais, pela imprensa em geral e pelo senso comum. O lugar é isolado do acesso aos direitos mínimos de cidadania, tais como saúde e saneamento, porém, longe está de não possuir relações com outros lugares e com os processos, de subordinação da pequena produção pesqueira ao processo de reprodução do capitalismo na pesca.

Outros traços do não isolamento do lugar podem ser apontados. O pescado entra no circuito da mercadoria, atingindo praças de comercialização distantes e restando aos ilhéus uma pequena parcela do valor final do produto. O Litoral Norte Paulista abriga um forte fluxo turístico e a ilha recebe mergulhadores e pescadores desportivos, que competem com os ilhéus na apropriação dos recursos pesqueiros da costeira da ilha.

Os próprios ilhéus em suas relações de parentesco, de amizade, de compadrio estabelecem suas redes de informação, seus fluxos, sua vida não isolada. Apesar de distante da terra, a ilha é um ponto de convergência no mar, onde aportam embarcações pesqueiras em busca de abrigo.

Pensar nos aspectos da geografia dos lugares, remete à ideia da vida cotidiana e das relações que as pessoas estabelecem entre si e com o espaço geográfico. Suas práticas e sentimentos, com relação à produção e reprodução da vida se manifestam nos lugares de



morada, trabalho, lazer e outras dimensões da vida cotidiana. Também aí se estabelecem as relações de subordinação ou liberdade do dia a dia.

Pode-se então falar de uma geografia cotidiana das pessoas, representadas pelos espaços que frequentam e que compõe seu conjunto de referências espaciais, para as quais se atribui valores, expectativas, sentimentos positivos e negativos.

Romagnan (2000), apoiando-se nos trabalhos de Augustin relativos à prática esportiva, apresenta a possibilidade de entendimento das práticas musicais na relação com os lugares vividos pelos agentes que produzem e consomem música, formando “geo-indicadores” da atividade musical. Para as práticas esportivas, tais “geo-indicadores” podem ser as quadras, os clubes, os estádios, as piscinas, entre muitos outros. No caso das atividades musicais, as casas de espetáculos, os lugares frequentados por grupos e artistas, bares, estúdios, conservatórios, podem ser tratados como “geo-indicadores” da produção musical.

Tal conceito pode ser interessante ao pensarmos que as atividades ligadas à produção pesqueira ocorrem em lugares distintos do espaço geográfico. As pessoas frequentam e transitam por parcelas desse espaço. Tais lugares podem ainda ser compartilhados por grupos sociais que passam a ser identificados como tal, sejam em espaços públicos ou privados. Quais seriam então os lugares da pesca?

## A REGIÃO E A PESCA

Como uma disciplina que trabalhou a análise da espacialidade dos fenômenos naturais e sociais atuantes na superfície terrestre, a Geografia desenvolveu seus instrumentos teóricos para o entendimento dos processos de diferenciação do espaço geográfico em suas diferentes escalas de análise e ainda para fins de administração e controle do território: a região é um conceito que se presta a estes fins.

Como sugere Kayser (1966): "*Porção do espaço terrestre*", qualquer que seja o modo pelo qual for considerada ou a utilidade que lhe for atribuída, a região é de qualquer forma um fenômeno geográfico. O geógrafo pode defini-lo, explicá-lo, querer delimitá-lo".

Toda conceituação de região traz embutido um processo de regionalização atrelado aos critérios para o estabelecimento das diferenças do espaço geográfico, consistindo em uma construção analítica que se presta a finalidades variadas, tais como o estudo, a gestão e o planejamento do território.

Nesse sentido podemos ter regiões naturais como uma expressão particular do conjunto de fatores ambientais que caracterizam dada porção do espaço geográfico. O processo de regionalização definidor desta modalidade de região pode ser dado pelos processos climáticos, pela estrutura geomorfológica ou geológica, pelos processos ecológicos predominantes ou mesmo por uma tentativa de síntese desses elementos.

Regiões humanizadas pressupõem outros critérios de diferenciação do espaço, tais como a divisão do trabalho, a distribuição da população, a densidade urbana, a distribuição das estruturas produtivas. Ao longo da Ciência Geográfica foi elaborado o conceito de região econômica e política, buscando incorporar as dimensões espaciais do desenvolvimento desigual e combinado dos processos de expansão capitalistas, à análise regional.

Tomando estas premissas, pode-se dizer, conforme Corrêa (1986), que a região

(...) é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos.

Podemos analisar a questão dos processos de regionalização na atividade pesqueira e as respectivas regiões derivadas a partir do exemplo a seguir. As Tabelas 1 e 2 apresentam a produção pesqueira brasileira do ano de 1988. Na Tabela 1, os dados indicam a produção pesqueira distribuída pelas regiões administrativas do IBGE, enquanto a Tabela 2 apresenta os mesmos dados utilizando-se outro critério para o estabelecimento das regiões, diferenciando a pesca interior da pesca marítima, que por sua vez está subdividida em três regiões litorâneas: amazônica, nordeste/leste e sudeste/sul.

Embora apresentem a diversificação da atividade pesqueira ao longo das distintas regiões brasileiras, a Tabela 2 agrupa estes dados em função de processos de regionalização mais específicos para a análise da atividade pesqueira, tais como a configuração da linha da costa e da plataforma continental, a distribuição dos recursos pesqueiros explorados e a distribuição das distintas estruturas de produção, aliando processos naturais e socioeconômicos presentes na diferenciação da atividade pesqueira ao longo do território.

**Tabela 1** – Produção do Pescado Brasileiro por Macroregiões – 1988

Macroregião	Total
Norte	21,6%
Nordeste	21,3%
Sudeste	30,8%
Sul	25,7%
Centro-Oeste	0,6%
Total	100%

Fonte – IBGE, 1989

**Tabela 2** – Produção do Pescado Brasileiro por áreas de pesca – 1988

Região de Pesca	Total
Costa Amazônica – do Amapá ao Maranhão	10,6%
Costa Nordeste/Leste – do Ceará ao Espírito Santo	9,5%
Costa Sudeste/Sul – do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul	55,1%
Pesca de Água Doce	24,8%
Total	100%

Fonte – IBGE, 1989

Não se trata de entrar no mérito da discussão de qual das duas formas de exposição dos dados está correta ou reflete melhor a atividade pesqueira no Brasil. Ambas evidenciam as principais diferenças da pesca brasileira. No primeiro caso refere-se a uma divisão regional pré-estabelecida pelo Estado, ao passo que a Tabela 2 apresenta critérios de diferenciação próprios para a análise desse setor produtivo.

O espaço se transforma, sua produção é um processo dinâmico, transformando os critérios para a delimitação das regiões. Sendo assim, a persistência de recortes regionais estanques e portadores de "personalidades" fixadas no tempo, leva ao que Yves Lacoste (1989) denomina de um "conceito-obstáculo", obscurecendo formas diferenciadas para a análise espacial e suas distintas regionalizações. Neste sentido o conceito de região é um instrumento da análise em Geografia e representa uma ferramenta para apreensão das particularidades do real.

## O TERRITÓRIO E A PESCA

Esta discussão faz parte do núcleo central do trabalho de doutorado defendido no ano de 2001 (CARDOSO, 2001) e tem sido exposta em distintas ocasiões. Reproduzi-la, em parte, no presente texto tem o objetivo didático de apresentar as relações entre os conceitos geográficos e a atividade pesqueira. Sendo um conceito relevante na discussão do conhecimento geográfico, a reflexão sobre o conceito de território e a atividade pesqueira não poderia ser dispensada, apesar de já estar presente em outros trabalhos.

Segundo Moraes (1984), o conceito de território é oriundo dos estudos de botânica e zoologia do final do século XVIII e foi sendo incorporado às análises geográficas. Com a chamada Geografia Crítica, o conceito de território foi retrabalhado a partir da proposição marxista de que o que define um território é o uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social. Nesta concepção o território poderia ser definido em um primeiro momento apenas em relação ao uso que a sociedade faz de seu espaço.

Ratzel (1990) aponta outra dimensão do território, mediado pelo Estado: *"Quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade de seu território. Diante deste último a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da proteção. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo."*

Raffestin (1993) afirma que

(...) o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço". Mais adiante, o mesmo autor afirma "O território, nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Tal concepção expõe outras dimensões da territorialidade, quais sejam: a questão do domínio e do poder exercido por um ator sobre uma porção do espaço. Nas concepções mais recentes, existem territórios não apenas como espaços nacionais, geridos por um Estado, mas também em outras escalas espaciais e temporais da vida social. Estes podem ser delimitados formal ou informalmente garantindo a reprodução dos distintos grupos sociais. Podemos falar em territórios de uso, uma vez que parcelas da sociedade se apropriam de porções do espaço

geográfico a partir do trabalho e do conhecimento dos processos naturais que atuam nelas. O território seria então tratado em relação ao seu valor de uso para o grupo social.

Utilizando exemplos pesquisados entre grupos de pescadores, observam-se práticas pesqueiras com forte componente territorial. De maneira informal, pescadores definem, a partir de acordos internos às comunidades, formas de uso dos territórios pesqueiros. Assim é com os pontos de pesca guardados pelos vigias ou espias, que observam a chegada dos cardumes que serão capturados por uma determinada campanha de pesca. Assim é também com os pontos de ceva e os lanços nas águas interiores, onde o pescador ou um determinado grupo de pescadores controlam o ponto de pesca, reconhecidos pela comunidade.

Grupos de pescadores podem realizar a fiscalização dos territórios de pesca, evitando a presença de práticas pesqueiras predatórias. Estas experiências revelam formas comunitárias de organização e criação de instrumentos de gestão, que pressupõe o domínio sobre uma parcela do espaço geográfico. A presença destes instrumentos de gestão, sugere que a apropriação histórica do território em questão, dá legitimidade para o grupo estabelecer normas e princípios de uso desta porção do espaço, reconhecidos pela comunidade e susceptíveis de sanções. Seria a expressão de uma gestão comunitária do território.

Como expressão formal da territorialidade, no caso da atividade pesqueira, observa-se um corpo legislativo definindo, através áreas, épocas e artes de pesca permitidas ou vedadas. Estabelecem-se ainda as Reservas Extrativistas Marinhas, concedendo a um grupo de pescadores o poder de gestão sobre um território pesqueiro. No âmbito do território nacional, observamos um processo atual de normatização de uso do território marinho, com os estudos relativos ao potencial de exploração da Zona Econômica Exclusiva situada entre as 12 e as 200 milhas náuticas, na qual o Estado Brasileiro mantém Direitos de Soberania sobre esta zona e sobre os recursos nela presentes. No âmbito global, apresenta-se a discussão do alto mar e dos instrumentos internacionais de controle, ou descontrole da exploração pesqueira.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Retomando palavras já ditas, o objetivo maior da Geografia é compreender a sociedade através dos processos de organização espacial que se apresentam na configuração do mundo. Os pescadores e a atividade pesqueira fazem parte desse mundo.

Tendo em vista que o conceito de Espaço Geográfico é um conceito central no entendimento dos processos atinentes ao estudo da Geografia, os conceitos de paisagem, território, lugar e região não trazem embutidas relações hierárquicas. São antes conceitos que se complementam de acordo com as demandas do processo de investigação.

Buscando agora estabelecer algumas relações entre a Geografia e a atividade pesqueira podemos dizer que ambas compartilham o espaço geográfico e as demandas originadas na realidade contemporânea. Pescadores se manifestam pela afirmação de sua existência, pelos recursos naturais, pelos direitos sociais, por liberdade, contra desmandos, contra a espoliação da riqueza, enfim por questões que perpassam dimensões diversas, questionando a lógica do capital, o estranhamento e a alienação de seu trabalho.

Apresentam-se como protagonistas das vivências, embates e conflitos. Suas ações ganham visibilidade enquanto sujeitos sociais e sujeitos políticos. Porém são também sujeitos geográficos, demandam os espaços, paisagens, lugares, territórios, regiões necessários para a produção e reprodução de sua vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. São Paulo: Tese de Doutorado em Geografia, FFLCH - USP, 2001.

CARDOSO, Eduardo Schiavone; THOMAZ JÚNIOR, Thomaz. Ilhéus do Litoral Norte Paulista: Espaço, Pesca e Trabalho e Pesca. In **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: FFLCH-USP, v. 25, p. 164-182, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

DOLLFUS, Olivier. **A Análise Geográfica**. São Paulo: DIFEL, 1973.

IBGE. **Estatísticas da Pesca - 1988**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

KAYSER, Bernard. A Região Como Objeto de Estudo da Geografia. In **A Geografia Ativa**. São Paulo: DIFEL/Ed. da Univ. de S. Paulo, p. 279-324, 1966.

LACOSTE, Yves. **A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra**. Campinas: Papirus, 1989.

MARX, Karl. Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia. **O Capital - Livro Primeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, V. I, 1980.

- MORAES, Antonio Carlos Robert de. Território. In **Orientação**. São Paulo: IGEOG-USP, n.5, p. 91, 1984.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. Segunda Natureza. **Orientação**. São Paulo: IGEOG-USP, n.6, p.105, 1985.
- MOREIRA, Ruy. **O Que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: **Ratzel**. São Paulo: Ática, Col. Grandes Cientistas Sociais, no. 59, p. 32-150, 1990.
- ROMAGNAN, Jean-Marie. La Musique: um Nouveau Terrain Pour lês Géographes. In: **Géographie et Cultures**, Paris: Association Géographie et Cultures/Éditions L'Harmattan, n. 36, p.107-126, 2000.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec. 1996.
- SEABRA, Manuel Fernando Gonçalves. Geografia(s)? In: **Orientação**. São Paulo: IGEOG-USP, no. 6, p. 9-17, 1985.
- SORRE, Max. Fundamentos da Geografia Humana. In: **Sorre**. São Paulo: Ática, Col. Grandes Cientistas Sociais, no. 46, p. 87-98, 1984.

Artigo Recebido em: 12 de agosto de 2013.  
Artigo Aprovado em: 14 de setembro de 2013.